

# SIMULADO

## Técnico do INSS

**ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO**

**REGIME JURÍDICO ÚNICO LEI 8.112/90**

PROF. JOAO PAULO

**NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL**

PROF. ORMAN RIBEIRO

**NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

PROF. MATHEUS CARVALHO

**LÍNGUA PORTUGUESA**

PROF. RODRIGO BEZERRA

**RACIOCÍNIO LÓGICO**

PROF. BRUNO VILLAR

**NOÇÕES DE INFORMÁTICA**

PROF. RAYMUNDO PENNA

**DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

PROF. FREDERICO AMADO



COMPLEXO DE ENSINO

**RENATO SARAIVA**

[www.renatosaraiva.com.br](http://www.renatosaraiva.com.br)



3035-0105

Regime jurídico único Lei-8.112/90 / Ética no serviço público

João Paulo

**1) Nos termos da Lei no 8.112/90, relativamente à posse e ao exercício, considere :**

**I. A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de aprovação em concurso público.**

**II. A posse em cargo público independerá de prévia inspeção médica oficial.**

**III. É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.**

**IV. Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.**

**V. O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.**

**Está correto o que se afirma APENAS em**

I, II e IV.

I e III.

I e IV.

II, III e V.

III, IV e V.

**2) Carlos, titular de cargo efetivo junto ao Tribunal Regional Eleitoral, está sendo responsabilizado por valer-se do exercício de suas funções para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade da função pública. Nesse caso, o servidor estará sujeito à pena de**

(A) demissão, incompatibilizando-o para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de cinco anos.

(B) destituição do cargo público, ficando vedado seu retorno ao serviço público federal, mas podendo concorrer a cargo estadual ou municipal.

(C) destituição de suas funções e declaração de sua inidoneidade para o serviço público.

(D) suspensão de noventa dias, vedada a conversão da pena em multa pecuniária.

(E) demissão, ficando vedada sua investidura em cargo público pelo prazo de dois anos.

### ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

**3) João, servidor público civil do Poder Executivo Federal, retirou da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, documento pertencente ao patrimônio público. Já Maria, também servidora pública civil do Poder Executivo Federal, deixou de utilizar avanços técnicos e científicos do seu conhecimento para atendimento do seu mister. Sobre os fatos narrados, é correto afirmar que**

a) nenhuma das condutas narradas constitui vedação prevista no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

b) apenas João cometeu conduta vedada pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

c) apenas Maria cometeu conduta vedada pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

d) ambos praticaram condutas vedadas pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

e) João e Maria não estão sujeitos a Código de Ética; portanto, suas condutas, ainda que eventualmente irregulares, deverão ser apreciadas na seara própria.

**4) NÃO é considerada regra deontológica, dentre outras, destinada ao servidor público civil do Poder Executivo federal :**

a) A publicidade de todo e qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar.

b) O servidor deve prestar toda a atenção às ordens legais de seus superiores, velando por seu cumprimento e evitando conduta negligente, sendo que o descaso e o acúmulo de desvios revelam imprudência no desempenho funcional.

c) Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.

d) Toda pessoa tem direito à verdade, motivo pelo qual o servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública.

e) A cortesia, a boa vontade, o cuidado e o tempo dedicados ao serviço público caracterizam o esforço pela disciplina, sendo que tratar mal uma pessoa que paga seus tributos é causa de dano moral.

### Noções de Direito Constitucional

Orman Ribeiro

#### **5) Considerando os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos previstos pela Constituição Federal, é INCORRETO afirmar que :**

a) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

b) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

c) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família ou por associação de classe, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.

d) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa

do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

e) conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

#### **6) Assinale a alternativa correta, de acordo com as regras constitucionais sobre a Nacionalidade e os Direitos Políticos :**

a) É privativo de brasileiro nato o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

b) Os portugueses com residência permanente no país, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão automaticamente naturalizados.

c) São condições de elegibilidade, entre outras, a nacionalidade brasileira nata e a filiação partidária.

d) Os maiores de setenta anos, os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos e os analfabetos possuem o alistamento eleitoral e o voto facultativos.

e) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor um ano após a data da sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

#### **7) Acerca das disposições constitucionais referentes à Administração Pública, é correto afirmar :**

a) é garantido ao servidor público civil e militar o direito à livre associação sindical.

b) os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo.

c) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

d) ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação

pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

e) o servidor público estável perderá o cargo apenas em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

### Noções de Direito Administrativo

Matheus Carvalho

#### **8) Assinale a opção correta relativamente à administração pública .**

A) O servidor público processado por ato de improbidade administrativa que importe em violação aos princípios da administração pública está sujeito à perda do cargo público.

B) Segundo reiterada jurisprudência do STJ, a administração pública está impedida de exercer qualquer tipo de controle ou classificação de programas televisivos, sob pena de violar a liberdade de expressão.

C) Segundo o STJ, a administração pública não pode convalidar um ato administrativo viciado se este já tiver sido impugnado judicialmente.

D) Será punido com pena de multa o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens e valores que compõem seu patrimônio, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.

E) Segundo a Lei n.º 8.429/1992 — Lei de Improbidade Administrativa —, para que o servidor público seja punido com as penalidades nela previstas, é imprescindível a efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.

#### **9) Acerca da responsabilidade civil do Estado e dos prestadores de serviços públicos, assinale a opção correta .**

A) É firme e atual o entendimento do STF de que a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público de transporte é objetiva relativamente aos usuários do serviço, não se estendendo a pessoas outras que não ostentem a condição de usuário.

B) Não resta caracterizada a responsabilidade civil objetiva do Estado se um policial militar, em seu período de folga e em trajes civis, efetua disparo com arma de fogo pertencente à corporação e atinge pessoa inocente, provocando-lhe danos.

C) O Estado não é objetivamente responsável por dano causado por funcionário de fato.

D) A responsabilidade civil pelos atos causados pelos agentes das empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de atividade econômica é objetiva.

E) Considere a seguinte situação hipotética. Geraldo foi condenado e submetido a regime prisional aberto. Em sete ocasiões, Geraldo praticou a falta grave de evasão, sem que as autoridades responsáveis pela execução da pena lhe passassem para o regime fechado. Na oitava fuga, Geraldo estuprou Vânia justamente no período em que deveria estar recolhido à prisão. Nessa situação, está configurado o nexo de causalidade entre a omissão do Estado e o evento danoso a ensejar a responsabilidade civil do ente público.

#### **10) Julgue os itens subsequentes, relativos à administração direta e indireta .**

**I As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei específica, que exercem atividade típica de Estado .**

**II A criação de uma empresa pública se efetiva com a edição de uma lei específica .**

**III As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado, constituídas somente sob a forma de**

sociedades anônimas para o exercício de atividade econômica ou, eventualmente, a prestação de serviços públicos.

**IV Caso determinado município crie uma empresa pública para explorar atividade econômica, o estado não poderá cobrar o ICMS incidente sobre os produtos comercializados por essa empresa, uma vez que as empresas estatais gozam de regime tributário privilegiado.**

**Assinale a opção correta.**

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas os itens I e IV estão certos.
- C) Apenas os itens II e IV estão certos.
- D) Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.

Língua Portuguesa

Rodrigo Bezerra

### **Livros e política**

*A premiação do turco Orhan Pamuk com o Nobel de Literatura deste ano é uma veemente declaração do comitê que concede o prêmio em favor da liberdade de expressão.*

*A Turquia nutre o objetivo de ser aceita na União Européia. A fim de aproximar seu padrão institucional do europeu, os turcos, entre outras ações, já aboliram a pena de morte, acabaram com os privilégios dos homens na escola e encaminharam uma ampla reforma do Judiciário.*

*As diplomacias européias pressionam a Turquia, ainda, para que reconheça formalmente o genocídio de mais de um milhão de armênios, sob o nacionalismo turco, entre 1915 e 1923. É nesse ponto,*

*de trato espinhoso na política turca, que o Nobel concedido a Pamuk toca diretamente.*

*O escritor é um dos intelectuais que ousaram questionar o **status quo** na Turquia, que, contra as evidências históricas, nega que tenha havido uma campanha de “limpeza étnica” contra a minoria armênia. De acordo com as leis do país, insultar as instituições ou a identidade turca é crime punível com cadeia – e Pamuk foi processado por isso.*

*A escolha do comitê faz sentido. Pena que a láurea tenha sido anunciada no mesmo dia em que a Assembléia da França aprovou projeto que torna crime negar o genocídio armênio. Os fins dos deputados franceses são justos, mas os meios acabam por criminalizar a palavra e a opinião – justamente o que se quer combater, com razão, na Turquia.*

**(Folha de S. Paulo, editorial)**

**11) A relação indicada no título *Livros e política* esclarece-se, ao longo do texto, como uma**

- (A) oposição já histórica entre os objetivos da literatura e os da política.
- (B) tentativa de estabelecimento, na Turquia, de uma política editorial eficaz.
- (C) associação do prestígio de um escritor à discussão de um fato político a ele vinculado.
- (D) dissociação entre a função estética da literatura e o momento histórico-cultural.
- (E) inclusão da política literária de um país no concerto das nações européias.

**12) Considere as seguintes afirmações:**

**I. Apesar de haver demonstrado o interesse de se integrar à União Européia, a Turquia não tem tomado providências jurídicas com vistas a esse ingresso.**

**II. Os deputados franceses reconheceram que, assim como a Turquia, também a França deveria ser responsabilizada por antigos atos de genocídio.**

III. Ao contrário dos pronunciamentos oficiais da Turquia, o escritor Pamuk admite ter ocorrido a “limpeza étnica” que vitimou os armênios.

Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

**13) Na redação do primeiro parágrafo do texto, a ambigüidade na construção do segmento é uma veemente declaração do comitê que concede o prêmio em favor da liberdade de expressão permite entender que**

- (A) o comitê, em sua veemência, hesitou em conceder o prêmio.
- (B) a concessão do prêmio foi contestada por alguns membros do comitê.
- (C) a concessão do prêmio se condicionava a um ato em favor da liberdade de expressão.
- (D) o objeto mesmo da premiação foi a liberdade de expressão.
- (E) o comitê se premiou a si mesmo por favorecer a liberdade de expressão.

**14) Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de uma frase ou expressão do texto em :**

- (A) *nutre o objetivo* = retifica o propósito.
- (B) *contra as evidências históricas* = de encontro à evidência dos fatos.
- (C) *reconheça formalmente o genocídio* = formalize efetivamente o genocídio.
- (D) *questionar o status quo* = avaliar o prestígio.

(E) *criminalizar a palavra e a opinião* = discriminar a linguagem e a razão.

**15) (...) os turcos, entre outras ações, já aboliram a pena de morte, acabaram com os privilégios dos homens na escola e encaminharam uma ampla reforma do Judiciário.**

Se a frase acima tivesse sido iniciada com a construção **os turcos, entre outras ações, decidiram-se pela (...)**, o restante da frase deveria ser :

- (A) ratificação da pena de morte, pelo fim dos privilégios dos homens e pela reincidência numa ampla reforma do Judiciário.
- (B) abolição da pena de morte, pela cessação dos privilégios dos homens na escola e pelo encaminhamento de uma ampla reforma do Judiciário.
- (C) sanção da pena de morte, pela reiteração dos privilégios dos homens na escola e pela denegação de uma ampla reforma do Judiciário.
- (D) sanção da pena de morte, pelo açodamento dos privilégios dos homens na escola e pelo encaminhamento de uma ampla reforma do Judiciário.
- (E) abolição da pena de morte, pela cessão dos privilégios dos homens na escola e pela remessa de uma ampla reforma do Judiciário.

**16) As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na frase :**

- (A) No período de 1915 a 1923 verificou-se, na Turquia, numa campanha de “limpeza étnica”, ações que resultaram num genocídio contra a minoria armênia.
- (B) Coube aos deputados franceses iniciativas jurídicas contra quem viesse a negar o genocídio de que a minoria dos armênios foram vítimas.
- (C) Partiu das diplomacias européias a iniciativa de pressionar a Turquia para que esta viesse a reconhecer suas responsabilidades no genocídio dos armênios.

(D) Não cabem aos fins justificar quaisquer meios, pois esta fórmula acaba proporcionando uma argumentação cruel e maliciosa, da qual costuma se valer os autoritários.

(E) Ainda que se visem aos bons propósitos, é errôneo justificar a irracionalidade dos meios pela boa intenção das finalidades que se deseja atingir.

### Raciocínio Lógico

Bruno Villar

**17) Uma pesquisa de opinião foi realizada com 50 pessoas. Essa pesquisa procurava saber que veículos de comunicação (jornal, rádio ou televisão) essas pessoas utilizam para tomar conhecimento das notícias diariamente. Após a pesquisa, descobriu-se que :**

**41 pessoas utilizam televisão;**

**33 pessoas utilizam jornal;**

**30 pessoas utilizam rádio;**

**29 pessoas utilizam televisão e jornal;**

**25 pessoas utilizam televisão e rádio;**

**21 pessoas utilizam jornal e rádio;**

**18 pessoas utilizam os três veículos.**

**A quantidade de pessoas que utilizam pelo menos um dos três veículos é**

- (A) 42.
- (B) 45
- (C) 47.
- (D) 50.
- (E) 55

**18) Considere as seguintes frases:**

**I. Ele é o mais novo técnico do INSS.**

**II. O INSS possui x técnicos .**

**III. Ítalo Eduardo é funcionário do INSS.**

**É verdade APENAS**

- (A) I e II são sentenças abertas.
- (B) I e III são sentenças abertas.
- (C) II e III são sentenças abertas.
- (D) I é uma sentença aberta.
- (E) I, II e III é uma sentença aberta

### Noções de Informática

Raymundo Penna

**19. Quando se utiliza o *Webmail*, os e-mails que chegam, via de regra, são**

- (A) descarregados no servidor de arquivos, na pasta do usuário.
- (B) armazenados no servidor de páginas da internet.
- (C) armazenados no servidor de recebimento.
- (D) descarregados no computador do usuário.
- (E) armazenados no servidor de saída.

**20. Em relação aos tipos de *backup*, é correto afirmar que o *Backup Incremental***

- (A) copia todos os arquivos do sistema operacional, assinalando aqueles que foram alterados.
- (B) é programado para ser executado sempre que houver alteração nos dados armazenados.
- (C) é uma cópia extraída diariamente, contendo todos os incrementos que ocorreram no sistema operacional.
- (D) é uma cópia de segurança que incrementa todas as inclusões e alterações de programas e configurações.
- (E) é a cópia de segurança na qual são copiados somente os arquivos alterados depois do último *backup*.

**Direito Previdenciário****Frederico Amado****21. A seguridade social compreende :**

A) Um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência, à educação e à assistência social.

B) Um conjunto integrado de ações apenas de iniciativa dos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

C) Um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

D) Um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde e à previdência social.

E) Um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde e à assistência social.

**22. A seguridade social deverá proteger o povo brasileiro contra riscos sociais que levem a sua miséria e intranquilidade social através da realização dos direitos da saúde, previdência e assistência social. Por sua vez, compete ao legislador eleger os riscos sociais mais relevantes para a proteção social, bem como os destinatários dos benefícios e serviços da seguridade social. Estas duas afirmativas decorrem diretamente dos seguintes princípios da seguridade social :**

A) Solidariedade e distributividade.

B) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços aos povos urbanos e rurais.

C) Seletividade e irredutibilidade do valor dos benefícios.

D) Distributividade e universalidade da Cobertura e do Atendimento.

E) Universalidade da Cobertura e do Atendimento e Seletividade.

**23. Com base no Princípio da Irredutibilidade do valor dos benefícios, que informa a seguridade social no Brasil, assinale a alternativa CORRETA :**

A) É assegurado o reajustamento dos benefícios previdenciários para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

B) É assegurado o reajustamento dos benefícios da seguridade social para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei

C) É assegurado o reajustamento dos benefícios da assistência social para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

D) É assegurado o reajustamento dos benefícios da saúde para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei

E) Todos os benefícios da seguridade social apenas possuem a garantia da irredutibilidade do seu valor nominal, inexistindo previsão constitucional da garantia do reajustamento periódico para preservar-lhes o valor real de maneira permanente.

**24. A respeito do custeio da seguridade social, assinale a alternativa INCORRETA :**

A) A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das contribuições sociais a serem pagas pelo empregador, pela empresa ou entidade a ela equiparada na forma da lei; pelo trabalhador e dos demais segurados da previdência social; pela receita de concursos de prognósticos e pelo importador de bens ou serviços do exterior.

B) É possível que o legislador institua novas fontes de custeio para a seguridade social, desde que o faça por intermédio de lei ordinária.

C) Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

D) São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

E) As contribuições para a seguridade social só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado.

**25. Ainda a respeito do custeio da seguridade social, assinale a alternativa INCORRETA :**

A) Produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.

B) É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais previdenciárias pagas pelas empresas e pelos trabalhadores para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar

C) As contribuições para a seguridade social não poderão ser cobradas no mesmo exercício financeiro (ano) da sua criação ou majoração, mas apenas no exercício financeiro seguinte.

D) A contribuição previdenciária das empresas incidirá sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.

E) Não incide contribuição previdenciária sobre as aposentadorias e pensões concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social de que trata o art. 201.

**26. São objetivos da assistência social no Brasil previstos na Constituição, EXCETO :**

A) A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

B) O amparo às crianças e adolescentes carentes.

C) A promoção da integração ao mercado de trabalho.

D) A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

E) A cobertura do risco de acidente do trabalho

**27. A respeito das normas constitucionais da saúde, assinale a alternativa INCORRETA :**

A) As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizada de maneira centralizada, com direção única em cada esfera de governo

B) São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

C) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

D) É diretriz da saúde o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.

E) A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e

transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

**28. São princípios informadores da Previdência Social, EXCETO :**

A) Universalidade de participação nos planos previdenciários.

B) Irredutibilidade do valor dos benefícios de forma a preservar-lhes o poder aquisitivo.

C) Previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional.

D) Caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação do governo e da comunidade, em especial de trabalhadores em atividade, empregadores, aposentados e pensionistas.

E) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios.

**29. A respeito dos segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, assinale a alternativa CORRETA de acordo com os itens correspondentes :**

I. É segurado empregado o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social.

II. É segurado especial o produtor rural que desenvolve atividade rurícola apenas com um empregado permanente.

III. É segurado empregado o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, ainda que vinculado a regime próprio de previdência social.

IV. É segurado contribuinte individual o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.

V. É segurado empregado doméstico aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades com ou sem fins lucrativos.

Estão corretos os itens:

A) Apenas I, II e V.

B) Apenas I e V.

C) Apenas II e V.

D) Apenas IV.

E) Apenas I e IV.

**30. De acordo com o Regulamento da Previdência Social, poderá se filiar como segurado facultativo do RGPS, EXCETO :**

A) Estudante.

B) Dona-de-casa.

C) Menor aprendiz.

D) Preso.

E) Aquele que deixou de ser segurado obrigatório da previdência social.

**31. Sobre a filiação e a inscrição, assinale a alternativa CORRETA de acordo com o Regulamento da Previdência Social :**

A) A filiação à previdência social decorre automaticamente do exercício de atividade remunerada para os segurados obrigatórios e da inscrição formalizada com o pagamento da primeira contribuição para o segurado facultativo.

B) A idade mínima para a inscrição do segurado facultativo é de 14 anos de idade.

C) Não é possível, em nenhuma hipótese, que o segurado obrigatório se filie já aos 14 anos de idade.

D) Presentes os pressupostos da filiação, admite-se a inscrição *post mortem* do segurado especial e do contribuinte individual.

E) Incumbe ao dependente promover a sua prévia inscrição, antes do requerimento do benefício a que estiver habilitado.

**32. A respeito do custeio patronal da Previdência Social, assinale a alternativa CORRETA :**

A) A contribuição previdenciária das empresas será de vinte por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, exceto as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa.

B) Para o financiamento da aposentadoria especial e daqueles benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, no decorrer do mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos, deverá ser pago 1% (um por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante o risco de acidentes do trabalho seja considerado leve; 2% (dois por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado médio ou 3% (três por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado grave.

C) A contribuição SAT (seguro de acidente de trabalho) tem alíquotas fixas, que não serão alteradas em razão do desempenho da empresa em relação à respectiva atividade econômica, apurado em conformidade com os resultados obtidos a partir dos índices de frequência, gravidade e custo.

D) A contribuição do empregador doméstico é de 20% do salário-de-contribuição do empregado doméstico a seu serviço

E) Será de 20% sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, relativamente a serviços que lhe são prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho, a contribuição previdenciária das empresas.

**33. Sobre as contribuições previdenciárias dos trabalhadores e dos demais segurados do RGPS, assinale a alternativa INCORRETA :**

A) Em regra, a alíquota de contribuição dos segurados contribuinte individual e facultativo será de vinte por cento sobre o respectivo salário-de-contribuição.

B) O contribuinte individual enquadrado como microempreendedor individual poderá recolher a contribuição previdenciária de 5% sobre um salário mínimo, mas não terá direito de se aposentar por tempo de contribuição.

C) A contribuição previdenciária do segurado empregado será de 8%, 9% ou 11% do salário de contribuição, a depender da sua faixa salarial.

D) Será de 2,1% sobre a receita proveniente da comercialização da sua produção a contribuição previdenciária do segurado especial.

E) O contribuinte individual que prestar serviços para uma pessoa jurídica irá pagar a contribuição previdenciária de 20% sobre o salário de contribuição, tendo ainda a responsabilidade tributária de recolher o tributo, pois não possui vínculo de emprego com a empresa.

**34. Não compõem o salário de contribuição :**

A) As diárias que não excedam a 50% da remuneração mensal do empregado.

B) O décimo terceiro salário.

C) O salário-maternidade.

D) A comissão do corretor de seguros.

E) Os abonos incorporados ao salário.

**35. Compõe o salário de contribuição :**

A) A parcela "in natura" recebida de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

B) O terço de férias gozados, de acordo com o posicionamento do STF e do STJ.

C) O valor das contribuições efetivamente pago pela pessoa jurídica relativo a programa de previdência complementar, aberto ou fechado, desde que disponível à totalidade de seus empregados e dirigentes.

D) As diárias que excedam a 50% da remuneração mensal do empregado.

E) A participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo com lei específica.

**36. A respeito dos acidentes de trabalho, assinale a alternativa INCORRETA :**

A) Não é considerada como acidente de trabalho a doença degenerativa e a inerente a grupo etário.

B) A doença profissional é legalmente considerada como acidente de trabalho.

C) A doença do trabalho é legalmente considerada como acidente de trabalho.

D) Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados especiais, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

E) Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o empregado não é considerado no exercício do trabalho, inexistindo acidente de trabalho.

**37. A respeito da carência, assinale a alternativa correta de acordo com os itens correspondentes :**

I. O salário-maternidade da segurada empregada, doméstica e especial dispensa a carência.

II. A aposentadoria por invalidez dispensa a carência para a sua concessão.

III. O auxílio-acidente possui carência de 12 contribuições mensais.

IV. O salário-família dispensa a carência para a sua concessão.

V. A pensão por morte e o auxílio-reclusão são benefícios que nunca terão carência para o seu deferimento pelo INSS.

Estão corretos os itens:

A) Apenas I, II e V.

B) Apenas I e V.

C) Apenas II e V.

D) Apenas IV.

E) Apenas IV e V.

**38. A respeito do salário de benefício e da renda mensal dos benefícios previdenciários, assinale a alternativa CORRETA :**

A) O valor do benefício previdenciário de prestação continuada, exceto o regido por norma especial e o decorrente de acidente do trabalho, será calculado com base no salário-de-benefício.

B) O salário-maternidade não terá a sua renda mensal calculada com base no salário de benefício.

C) A aposentadoria por idade corresponde a 100% do salário de benefício.

D) O auxílio-acidente não poderá ter renda inferior a um salário mínimo.

E) No cálculo da aposentadoria por idade é obrigatória a incidência do fator previdenciário.

**39. Sobre a renda mensal inicial dos benefícios do RGPS, assinale a alternativa INCORRETA :**

A) A renda mensal do benefício de prestação continuada que substituir o salário-de-contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado não terá valor inferior ao do salário-mínimo, nem superior ao do limite máximo do salário-de-contribuição (R\$ 3.916,20), inexistindo exceção a esta regra.

B) Ao segurado empregado e ao trabalhador avulso que tenham cumprido todas as condições para a

concessão do benefício pleiteado, mas não possam comprovar o valor dos seus salários-de-contribuição no período básico de cálculo, será concedido o benefício de valor mínimo, devendo esta renda ser recalculada, quando da apresentação de prova dos salários-de-contribuição.

C) Para o segurado empregado doméstico que, tendo satisfeito as condições exigidas para a concessão do benefício requerido, não comprovar o efetivo recolhimento das contribuições devidas, será concedido o benefício de valor mínimo, devendo sua renda ser recalculada quando da apresentação da prova do recolhimento das contribuições.

D) O valor dos benefícios em manutenção será reajustado, anualmente, na mesma data do reajuste do salário mínimo, pro rata, de acordo com suas respectivas datas de início ou do último reajustamento, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

E) O salário-família não terá renda mensal calculada com base no salário de benefício.

**40. Acerca dos benefícios previdenciários, assinale a alternativa INCORRETA :**

A) É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.

B) O valor não recebido em vida pelo segurado só será pago aos seus dependentes habilitados à pensão por morte ou, na falta deles, aos seus sucessores na forma da lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento.

C) O segurado em gozo de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e o pensionista inválido estão obrigados, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo da Previdência Social, processo de reabilitação profissional por ela prescrito e custeado, e tratamento dispensado

gratuitamente, exceto o cirúrgico e a transfusão de sangue, que são facultativos.

D) Salvo quanto a valor devido à Previdência Social e a desconto autorizado na Lei 8.213/91, ou derivado da obrigação de prestar alimentos reconhecida em sentença judicial, o benefício não pode ser objeto de penhora, arresto ou sequestro, sendo nula de pleno direito a sua venda ou cessão, ou a constituição de qualquer ônus sobre ele, bem como a outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria para o seu recebimento

E) Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, inclusive o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.

**41. Sobre a contagem recíproca do tempo de contribuição, assinale a alternativa INCORRETA :**

A) Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

B) O tempo de serviço anterior ou posterior à obrigatoriedade de filiação à Previdência Social só será contado mediante indenização da contribuição correspondente ao período respectivo, com acréscimo de juros moratórios de um por cento ao mês e multa de dez por cento.

C) É possível a contagem de tempo de serviço público com o de atividade privada, quando concomitantes.

D) Não será admitida a contagem em dobro ou em outras condições especiais.

E) Não será contado por um sistema o tempo de serviço utilizado para concessão de aposentadoria pelo outro.

**42. Sobre a aposentadoria por invalidez, assinale a alternativa CORRETA :**

- A) Trata-se de benefício previdenciário definitivo.
- B) Não exige carência para a sua concessão.
- C) É um benefício que não é devido a todos os segurados do RGPS.
- D) Sempre que o aposentado por invalidez retornar voluntariamente à atividade terá sua aposentadoria automaticamente cancelada, a partir da data do retorno.
- E) Terá renda mensal de 100% do salário de benefício.

**43. A respeito dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, assinale a alternativa CORRETA de acordo com os itens correspondentes :**

**I. João, segurado contribuinte individual, sofreu acidente que lhe causou seqüela para o trabalho habitual. Neste caso, o INSS terá que pagar o auxílio-acidente.**

**II. O auxílio-doença não será devido ao segurado facultativo.**

**III. É devida a aposentadoria por invalidez ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz total ou parcialmente e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência.**

**IV. O auxílio-acidente não poderá ter renda inferior a um salário-mínimo.**

**Estão corretos os itens :**

- A) Todos estão corretos.
- B) Todos estão falsos.
- C) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- D) Apenas o item II está correto.
- E) Apenas o item III está correto.

**44. Os benefícios previdenciários do RGPS não poderão ter renda superior ao teto do salário de contribuição (R\$ 3.916,20). Escapam desta regra por expressa previsão da Lei 8.213/91 :**

- A) Salário-maternidade.
- B) Aposentadoria especial.
- C) Aposentadoria por tempo de contribuição.
- D) Aposentadoria por idade.
- E) Acréscimo de 25% sobre a aposentadoria por invalidez.

**45. Sobre a aposentadoria por idade, é CORRETO afirmar que :**

- A) Será reduzida em 05 anos na idade para os professores que tenha trabalhado exclusivamente no ensino básico.
- B) Possui carência de 120 contribuições mensais.
- C) Exige a idade mínima de 60 anos para os homens.
- D) Os pescadores artesanais terão direito a redução em 05 anos na idade.
- E) A sua renda mensal equivalerá a 100% do salário de benefício.

**46. A respeito da aposentadoria por tempo de contribuição, assinale a alternativa CORRETA de acordo com os itens correspondentes :**

- I. Pelo regramento atual, pode ser concedida com proventos integrais ou proporcionais.
  - II. Todos os segurados terão direito a este benefício.
  - III. O fator previdenciário é obrigatório no cálculo do salário de benefício.
  - IV. A comprovação do tempo de contribuição, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento.
- A) Todos estão corretos.
  - B) Todos estão falsos.
  - C) Apenas os itens I e II estão corretos.

D) Apenas os itens III e IV estão corretos.

E) Apenas os itens I e IV estão corretos.

**47. José é segurado empregado do RGPS e conta com 65 anos de idade e 35 anos de contribuição. Com base neste caso, é CORRETO afirmar que :**

A) José poderá se aposentar por idade ou por tempo de contribuição, cabendo a ele escolher o benefício mais vantajoso.

B) José poderá se aposentar por idade ou por tempo de contribuição, mas cabe ao INSS escolher o benefício a ser concedido.

C) José apenas poderá se aposentar por idade.

D) José apenas poderá se aposentar por tempo de contribuição.

E) Todas as afirmativas são falsas.

**48. O auxílio-doença é o típico benefício por incapacidade laborativa. É devido a todas as categorias de segurados do RGPS, uma vez preenchida a hipótese legal de concessão. Acerca dele, assinale a alternativa INCORRETA :**

A) A renda do auxílio-doença corresponde a 91% do salário de benefício.

B) O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.

C) O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

D) No caso do segurado empregado, a data de início do benefício será a data da incapacidade laborativa, salvo quando requerido após 30 dias, quando será a data do requerimento.

E) O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade. Não cessará o benefício até que seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não-recuperável, for aposentado por invalidez.

**49. A aposentadoria especial é uma aposentadoria antecipada em razão da atividade laborativa do segurado ser lesiva à sua saúde. Acerca dele, assinale a alternativa INCORRETA :**

A) É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar.

B) A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência de 180 contribuições, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos.

C) A aposentadoria especial será devida a todas as categorias de segurados obrigatórios do RGPS, desde que comprovado o tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física do segurado.

D) A aposentadoria especial será de 100% do salário de benefício, sem a incidência do fator previdenciário.

E) A comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário (perfil profissiográfico previdenciário), na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social, emitido pela empresa ou seu preposto, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de

segurança do trabalho nos termos da legislação trabalhista.

**50. Sobre o salário família, assinale a alternativa INCORRETA :**

A) É um benefício previdenciário que não objetiva substituir a remuneração do segurado.

B) Apenas os segurados de baixa renda terão direito a este benefício.

C) Todos os aposentados terão direito a este benefício, desde que de baixa renda, na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados menores de 14 anos ou inválidos.

D) O pagamento do salário-família é condicionado à apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ou ao inválido, e à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória e de comprovação de frequência à escola do filho ou equiparado, nos termos do regulamento.

E) No caso do segurado empregado, competirá a empresa o pagamento do salário-família, efetivando-se a compensação quando do recolhimento das contribuições previdenciárias patronais.

**51. Sobre o salário-maternidade, assinale a alternativa CORRETA :**

A) Nem todas as categorias de seguradas do RGPS terão direito a este benefício.

B) O salário-maternidade exige carência de 10 contribuições mensais das seguradas do RGPS.

C) A renda do salário-maternidade não é calculada com base no salário de benefício.

D) O salário-maternidade da empregada e da avulsas não poderá extrapolar a R\$ 3.916,20.

E) O salário-maternidade da gestante será pago durante 120 dias, não podendo ser prorrogado.

**52. Ainda sobre o salário-maternidade, assinale a alternativa INCORRETA :**

A) A segurada aposentada que retornar à atividade fará jus ao pagamento do salário-maternidade.

B) O salário-maternidade da segurada empregada será pago diretamente pela empresa, inclusive quando for contratada pelo microempreendedor individual, pois este é equiparado a empresa.

C) O salário-maternidade para a segurada empregada ou trabalhadora avulsas consistirá numa renda mensal igual a sua remuneração integral.

D) O salário-maternidade da contribuinte individual e da segurada facultativa consistirá em uma renda mensal equivalente em um doze avos da soma dos doze últimos salários de contribuição, apurados em um período não superior a quinze meses.

E) À segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver até 1(um) ano de idade, de 60 (sessenta) dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade, e de 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade.

**53. A pensão por morte, juntamente com a aposentadoria, é o benefício previdenciário mais tradicional que existe, tendo como fato gerador o falecimento de um segurado do RGPS que tiver deixado dependentes. A seu respeito, com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, marque o item CORRETO :**

A) A mulher que renunciou aos alimentos na separação judicial tem direito à pensão previdenciária por morte do ex-marido, comprovada a necessidade econômica superveniente.

B) Não é devida a pensão por morte aos dependentes do segurado que perdeu essa qualidade no momento do óbito, mesmo que tenha preenchido os requisitos legais para a obtenção de aposentadoria até a data do seu óbito.

C) A lei aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é aquela vigente na data do requerimento administrativo.

D) O(a) concubino(a) enquadra-se como dependente previdenciário, pois mantém relacionamento íntimo e duradouro com o(a) segurado(a).

E) A pensão por morte, devida ao filho até os 21 anos de idade, se prorroga pela pendência do curso universitário.

**54. Renato era segurado obrigatório do RGPS e lamentavelmente faleceu. Após o óbito, habilitou-se à pensão por morte um filho de 20 anos de idade, que acabou de colar grau em Direito, chamado Thiago. A ex-esposa de Renato, Telma, que havia se divorciado há um ano, também postulou o benefício. A mãe de Renato, dona Jujú, também pediu a pensão. A respeito deste comum caso do dia a dia previdenciário, marque o item CORRETO com base apenas nas informações dadas :**

A) A pensão deverá ser concedida aos três, fracionada em partes iguais.

B) Apenas Telma terá direito ao benefício.

C) Nenhum dos três terá direito ao benefício.

D) Thiago terá direito ao benefício. Telma apenas terá direito se comprovar a dependência econômica para com o falecido Renato. Dona Jujú não terá direito à pensão por morte.

E) Todas as alternativas são falsas.

**55. O auxílio-reclusão é um benefício dos dependentes pago em razão da prisão de um segurado do RGPS. A seu respeito, assinale a alternativa INCORRETA :**

A) Para que seja instituído, é preciso que o segurado preso seja de baixa renda.

B) Se o(a) segurado(a) preso estiver aposentado, recebendo auxílio-doença, pensão por morte, auxílio-acidente ou salário-maternidade, o auxílio-reclusão não será instituído.

C) O requerimento do auxílio-reclusão deverá ser instruído com certidão do efetivo recolhimento à prisão, sendo obrigatória, para a manutenção do benefício, a apresentação de declaração de

permanência na condição de presidiário, devendo ser renovado a cada três meses.

D) A concessão do auxílio-reclusão dispensa a carência.

E) O auxílio-reclusão será de 100% do salário de benefício.

**56. Sobre o auxílio-acidente, marque o item CORRETO .**

A) Todos os segurados terão direito a este benefício, desde que após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

B) O auxílio-acidente terá o valor de 50% do salário de benefício, não podendo ser inferior a um salário mínimo.

C) O valor mensal do auxílio-acidente integra o salário de contribuição, para fins de cálculo do salário de benefício de qualquer aposentadoria.

D) O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, sendo possível a sua acumulação com qualquer aposentadoria

E) A perda da audição, em qualquer grau, proporcionará a concessão do auxílio-acidente, independentemente do reconhecimento de causalidade entre o trabalho e a doença, desde que haja redução ou perda da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

**57. Sobre os serviços previdenciários, julgue os seguintes itens :**

I. O serviço social e a reabilitação profissional são devidos aos segurados e aos dependentes, dispensando a carência.

II. Após a conclusão da reabilitação profissional, deve o INSS promover a reintegração do segurado ao mercado de trabalho.

III. Compete ao Serviço Social esclarecer junto aos beneficiários seus direitos sociais e os meios de exercê-los e estabelecer conjuntamente com eles o processo de solução dos problemas que emergirem da sua relação com a Previdência Social, tanto no âmbito interno da instituição como na dinâmica da sociedade.

IV. A habilitação e a reabilitação profissional e social deverão proporcionar ao beneficiário incapacitado parcial ou totalmente para o trabalho, e às pessoas portadoras de deficiência, os meios para a (re)educação e de (re)adaptação profissional e social indicados para participar do mercado de trabalho e do contexto em que vive.

- A) Está correto apenas o item III.
- B) Estão corretos apenas os itens I, III e IV.
- C) Todos estão corretos.
- D) Apenas estão corretos os itens III e IV.
- E) Todos estão falsos.

**58. Se a legislação previdenciária não proibir, é possível a acumulação de mais de um benefício no âmbito do RGPS. Assim, será possível a seguinte acumulação :**

- A) Aposentadoria com auxílio-doença.
- B) Salário-maternidade com auxílio-doença.
- C) Mais de um auxílio-acidente.
- D) Seguro-desemprego com pensão por morte.
- E) Mais de uma pensão deixada por cônjuge ou companheiro.

**59. Sobre os recursos administrativos no processo previdenciário, marque o item INCORRETO :**

- A) Das decisões do Instituto Nacional do Seguro Social nos processos de interesse dos beneficiários e dos contribuintes da Seguridade Social caberá recurso para o Conselho de Recursos da Previdência Social.
- B) A propositura, pelo beneficiário ou contribuinte, de ação que tenha por objeto idêntico pedido sobre o qual versa o processo administrativo importa renúncia

ao direito de recorrer na esfera administrativa e desistência do recurso interposto.

C) É de trintadias o prazo para interposição de recursos e para o oferecimento de contra-razões, contados da ciência da decisão e da interposição do recurso, respectivamente.

D) Das decisões denegatórias de benefícios previdenciários, cabe recurso ordinário do segurado ou do dependente, no prazo de 30 dias, a ser julgado por uma das 04 Câmaras de Recursos do CRPS.

E) É vedado ao INSS escusar-se de cumprir as diligências solicitadas pelo CRPS, bem como deixar de dar cumprimento às decisões definitivas daquele colegiado, reduzir ou ampliar o seu alcance ou executá-las de modo que contrarie ou prejudique seu evidente sentido.

**60. Muitos gestores de empresas cometem crimes praticados contra a Previdência Social. Os mais comuns são a apropriação indébita de contribuição previdenciária e a sonegação de contribuição previdenciária, nos termos dos artigos 168-A e 337-A, do Código Penal. A esse respeito, com base no texto da legislação criminal referida, assinale o item INCORRETO :**

A) É crime deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional.

B) No caso da apropriação indébita previdenciária, é extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal.

C) No caso da sonegação de contribuição previdenciária, é extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal.

## INSS 2012 TÉCNICO

D) É crime suprimir ou reduzir contribuição social previdenciária e qualquer acessório, através da omissão de folha de pagamento da empresa ou de documento de informações previsto pela legislação previdenciária segurados empregado, empresário, trabalhador avulso ou trabalhador autônomo ou a este equiparado que lhe prestem serviços

E) É facultado ao juiz deixar de aplicar a pena no crime de sonegação de contribuição previdenciária ou aplicar somente a de multa se o agente for primário e de bons antecedentes, desde que o valor das contribuições devidas, inclusive acessórios, seja igual ou inferior àquele estabelecido pela previdência social, administrativamente, como sendo o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais.

INSS 2012